



**ACÓRDÃO Nº308/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2209/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsável:** José Fernando de Farias (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD MA
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 441/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Direta do Município de Manaus. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2013.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. José Fernando de Farias**, responsável pela Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus (exercício de 2013);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. José Fernando de Farias** no valor de R\$ 4.468,42 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ em virtude do deficiente controle na aquisição de combustíveis e das imotivadas adesões a atas de registros de preços. O recolhimento da sanção pecuniária deverá ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Determinar** ao **Sr. José Fernando de Farias** que:
  - 9.3.1. Observe, com maior rigor, a Lei n.º 8.666/93 (art. 38, parágrafo único);
  - 9.3.2. Realize adequado armazenamento dos bens públicos em respeito ao art. 23, I, da CF/88;



**ACÓRDÃO Nº308/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.3.3. Estabeleça eficiente controle de aquisição de combustíveis, a fim de mitigar a possibilidade de desvios de finalidade;

9.3.4. Faça adesão à ata de registro de preço somente se houver inequívoca demonstração de não ser possível cumprir o dever geral de licitar consoante estipula o art. 37, XXI, da CF/88 ou se a licitação a cargo da Casa Militar não for vantajosa ao interesse público;

**9.4. Determinar** à DICREX que, em caso de não recolhimento do valor da condenação, autue cobrança executiva em desfavor do Sr. José Fernando de Farias, fazendo as atualizações legalmente previstas;

**9.5. Recomendar** à Casa Civil da Prefeitura Municipal de Manaus que proceda, de maneira mais célere, às nomeações de cargos comissionados solicitadas pela Casa Militar com o fito de evitar atrasos nos recolhimentos das contribuições previdenciárias devidas ao INSS e consequente pagamento de multas conforme ocorrido na gestão do Sr. José Fernando de Farias.

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2017

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral